

ÍNDICE

CAPÍTULO I

Contexto. Introdução ao Tema e Justificação da sua Pertinência

1.1. A influência das neurociências na ideia de responsabilidade	13
1.2. <i>Neuroética</i> e <i>neurodireito</i> : um prévio estabelecimento de conceitos	15
1.3. A responsabilidade moral e a responsabilidade jurídica – uma confluência (neuronal) natural	20
a) A possibilidade de um diálogo normativo	21
b) A liberdade normativa e os seus <i>espaços vazios</i>	27
c) Ação e comportamento	29
1.4. A responsabilidade em relação com a subjetividade	31
a) A unicidade do eu e a descentração da subjetividade	32
b) A suposição do eu único – outros fracassos	34
c) O ser humano: um engenho <i>não trivial</i>	35
d) A responsabilidade entre dois discursos: a vulnerabilidade e o risco	37
1.5. O direito e a sua autonomia	39
a) O sujeito (não) é a sua ação	41
b) A relação entre enunciados normativos e não normativos	44
c) O problema da culpa, em particular	45
d) O redesenho da responsabilidade como problema diametral a toda a normatividade	50

CAPÍTULO II

Problemas Fundamentais da Teoria das Neurociências no Século XXI

2.1. Modelos de estudo e teorização em neurociências	51
2.1.1. As localizações cerebrais e o modelo das lesões	53
2.1.2. A razão pela qual temos cérebro	55
2.1.3. Multidisciplinaridade e multirracionalidade na construção dos discursos das neurociências	57
2.1.4. A importância da teoria cognitiva	60
2.1.5. As fronteiras entre discursos e o problema do dualismo	61
2.2. Teoria da mente, <i>memes</i> e consciência	67
2.2.1. A teoria da mente e os memes	67

2.2.2. A consciência, a <i>não-consciência</i> e a subjetividade	69
2.2.3. O cérebro produz a mente?	73
2.2.4. O papel fundamental das emoções no processo de tornar-se consciente	80
2.2.5. O cérebro como computador	84
2.3. Inconsciente e livre arbítrio	89
2.3.1. É o inconsciente importante na tomada de decisões?	90
2.3.2. Viver sem livre arbítrio; viver sem culpa	94
2.4. Emoções, memória e <i>qualia</i>	105
2.4.1. O papel das emoções no comportamento e a sua relação com a memória	107
2.4.2. <i>Qualia</i> : a impugnação do fisicalismo?	114
2.5. Consciência artificial e programação ética computacional	121
2.6. Grandes questões éticas colocadas pelas neurociências	125

CAPÍTULO III

A Questão Particular da Moralidade na Ótica das Neurociências

3.1. O mito do <i>selvagem domesticado</i>	131
3.2. Moral, naturalmente	135
3.2.1. Para além da tábua rasa	139
3.2.2. A construção de padrões morais	148
3.3. A narrativa emocional	151
3.3.1. Sentir-se responsável ou a <i>emoção da responsabilidade</i>	152

CAPÍTULO IV

A Responsabilidade sob o Olhar das Neurociências

4.1. A Pessoa	159
4.1.1. Ser humano e ser pessoa	162
4.1.2. A Pessoa como Corpo	171
4.1.3. Uma concepção naturalista da pessoa	171
4.1.4. Problemas e desafios da concepção naturalista de pessoa. A autonomia, em particular	177
4.2. <i>Neuroética</i> e responsabilidade moral	185
4.2.1. Arredando o ceticismo moral	186
4.2.2. A neuroética e a construção de padrões morais de conduta	193
4.2.3. A seleção natural nos padrões culturais de conduta	199
4.3. <i>Neurodireito</i> e responsabilidade jurídica	205
4.3.1. Direito e Neurociências	208
a) O uso da imagiologia cerebral em processo judicial	209
b) Em busca da propensão para o ilícito	216

c) A importância crescente dos expedientes neurocientíficos na responsabilidade civil	218
4.3.2. O <i>neurodireito autêntico</i>	221
a) Da Psicanálise às Neurociências – a violência como denominador comum	221
b) O direito como produto neuronal	225
i. A <i>pessoa determinada</i>	226
ii. Uma predisposição neuronal para a responsabilidade jurídica?	234
iii. Mitos e compromissos do determinismo biológico	238

CAPÍTULO V

Direito e Moral. O Neurodireito e o Problema da Autonomia do Direito

5.1. A situação teórica do neurodireito	243
5.2. Modos de pensar a autonomia do direito com as neurociências	247
5.3. Um problema de <i>Congruência</i> ?	257
5.4. Ver o Direito e a Moral a partir das Neurociências	264
5.5. Direito e Moral: uma confluência (neuronal) natural	268

CAPÍTULO VI

Reflexões Finais

i) Moralidade inata: o nosso comportamento moral não se distingue do nosso comportamento biológico geral	275
ii) A responsabilidade é uma emoção?	277
iii) Levar a sério a neuroética implica o neurodireito	280
iv) A relação entre os enunciados normativos da ética e do direito e os postulados científicos deve ser coerente	282
Bibliografia	285